



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Apresentação: 05/11/2019 21:36

RIC n.1596/2019

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública informações sobre a posição do Ministério em relação às Propostas de Emenda à Constituição nºs 186, 187 e 188 de 2019, encaminhadas ao Senado Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** pedido de informações:

- 1) Conforme previsto no art. 23, inciso II, do Decreto nº 9.191 de 2017, esta pasta foi consultada sobre os impactos das Propostas de Emendas à Constituição nºs 186, 187 e 188 de 2019, encaminhadas ao Congresso Nacional no dia 05/11/2019 pelo Presidente da República¹?
- 2) Qual a posição deste Ministério sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 186, 187 e 188 de 2019?
- 3) Encaminhar cópia integral do processo com os estudos e pareceres onde os técnicos desta pasta avaliaram os impactos das referidas propostas de alteração constitucional e onde restou consolidada a posição deste Ministério.

¹ https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/senado-recebe-novo-pacote-de-reformas-do-governo?utm_source=hpsenado&utm_medium=carousel_1&utm_campaign=carousel

JUSTIFICATIVA

No dia 05/11/2019, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, dirigiu-se ao Senado Federal acompanhado do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e apresentou três Propostas de Emenda à Constituição, as quais foram encampadas pelos Senadores da base do Governo e apresentadas.

Tramitam no Senado Federal como Propostas de Emendas à Constituição nºs 186, 187 e 188, todas de 2019.

As propostas possuem grande impacto nas políticas sociais em todas as esferas da federação. Se aprovadas, as medidas mudarão completamente o volume de recursos disponíveis para o custeio de ações nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, ciência e tecnologia, habitação, saneamento básico, cultura, a proteção dos direitos humanos, entre outras funções essenciais do Estado.

As alterações impactam diretamente essas áreas em todos os entes da federação. Por isso, exigiria uma manifestação prévia desta pasta, cujo orçamento será diretamente atingido, conforme preceitua o Decreto nº 9.191, de 2017, em seu art. 23, inciso II.

Se aprovadas as medidas mencionadas, o custeio das ações de competência deste Ministério estará seriamente comprometido.

Diante disso, é fundamental que a sociedade tome conhecimento de como os técnicos desta pasta avaliaram os impactos das referidas medidas e qual a posição oficial do Ministério sobre as propostas encaminhadas ao Senado Federal.

São essas as razões que nos levam a formular o presente requerimento.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP